

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 29642990/2026 - SEINFRA.UNP

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Trata-se de processo para contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia de Requalificação Asfáltica da Rua XV de Outubro no bairro Rio Bonito- trecho rotatória BR 101 - Posto 44 Richter até a rua Elza Nielsen localizada no bairro Rio Bonito, com 2.303,00 metros de extensão.

A Rua XV de Outubro é um dos principais acessos ao bairro Rio Bonito, funcionando também como eixo viário marginal à BR-101. Atualmente encontra-se com o pavimento bastante desgastado, necessitando de recuperação completa do revestimento asfáltico.

O pavimento asfáltico naturalmente sofre processo de deterioração, pela perda da vida útil do seu revestimento, agravados pelas intempéries e pelo tráfego de veículos. A cidade de Joinville apresenta uma condição climática com altos índices pluviométricos que aceleram a degradação do pavimento asfáltico, além de um tráfego intenso com uma frota de mais de 495.000 veículos licenciados.

O revestimento asfáltico, atingindo o prazo limite de sua vida útil, necessita de intervenção de conservação e/ou manutenção preventiva para recompor a funcionalidade do pavimento como um todo.

É de obrigação e de interesse público a manutenção das condições de trafegabilidade das vias que compõem a malha viária de competência municipal, o que justifica a aplicação de recursos públicos para solucionar o problema. Desta forma, por não contarmos com estrutura própria para fazer tal obra de requalificação, há a necessidade de sua contratação junto à empresa especializada.

A melhor solução técnica e econômica para essa situação, na maioria dos casos, é promover obras de requalificação do pavimento existente através da execução de nova camada de revestimento asfáltico, removendo parte da camada existente danificada.

Serão contratados os serviços de fresagem do revestimento do pavimento existente, execução da pintura de ligação e execução de nova camada de revestimento asfáltico em CAUQ.

A obra de requalificação beneficiará o sistema viário da região e contribuirá com a melhoria da qualidade de vida dos moradores e usuários da malha viária local, além de evitar possíveis acidentes decorrentes de condutores que desviam dos pontos de pior desnível e/ou desgastes na via.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Considerando a Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042) que em seu Art. 9º indica: “O Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser exigido a partir do exercício de 2024,...” (negrito nosso).

Considerando a Circular 0020642825 que diz: “Para o ano de 2025 não será exigido o encaminhamento das demandas para elaboração do Plano de Contratações Anual até 01/04/2024. O calendário para fins de elaboração do Plano de Contratações Anual para os próximos exercícios, será apresentado pela Secretaria de Administração e Planejamento em momento oportuno, após verificação do melhor procedimento”, situação essa ainda não disponibilizada.

Temos, portanto, a relativização da necessidade do Plano de Contratações Anual.

Na possibilidade de contratação ainda no ano de 2025, a contratação está previsto no planejamento da LOA para o ano 2025, conforme despesas: 99/2025 (fonte de recursos 10164 - Transferências Voluntárias - Estado/Outras) e 95/2025 (fonte de recursos 100 - Recursos Ordinários).

Entretanto se a contratação for realizada em 2026, a mesma encontra amparo na Lei nº 9.924, de 10 de setembro de 2025, que dispõe sobre o PPA - Plano Plurianual do Município de Joinville, Quadriênio 2026 - 2029. - Processo 25.0.040527-8, no Anexo II - Valores por Unidades Orçamentárias, Ações e Metas (26451531), no Programa 6 - Joinville Promissora, Ação 1.3061 - Obras de pavimentação - SEINFRA.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo,

devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Trata-se de obra comum de engenharia e para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

3.1) Indicação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes:

3.1.1) Apresentar o Registro do profissional indicado no conselho competente.

3.1.2) Apresentar Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de serviço de características semelhantes àquela a ser contratada, ou seja: Obra de Pavimentação Asfáltica.

3.1.2.1) Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar do serviço de engenharia objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

3.2) Apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto dessa licitação, que corresponda a no mínimo 50% (cinquenta por cento) a ser executado, ou seja, 1.151,50 metros lineares ou 9.531,70 metros quadrados ou 571,90 metros cúbicos de Execução de Pavimentação Asfáltica.

3.3) Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica na entidade profissional competente.

3.4) Comprovar capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme o Art. 69, § 4º da Lei 14.133/2021.

3.4.1) Conforme Art. 59 § 5º da Lei 14.133/2021 será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

3.5) Será permitido o somatório de atestados para fins da qualificação técnica indicado no item 3.2 acima.

3.6) Será admitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e regras previstas no Edital.

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foi obtida considerando-se o projeto executivo elaborado, com área de 19.063,40 m² de requalificação do revestimento asfáltico da rua.

A quantidade estimada dos serviços estará demonstrada na **Memória de Cálculo** anexa a este processo.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

O presente levantamento de mercado tem por objetivo avaliar as alternativas técnicas disponíveis para a requalificação asfáltica da Rua XV de Outubro, no bairro Rio Bonito, garantindo a tráfegabilidade, a segurança viária e a durabilidade do pavimento, considerando que o Município não possui estrutura própria para execução da obra e, portanto, torna-se necessária a contratação junto à iniciativa privada.

Entre as soluções técnicas analisadas, destaca-se inicialmente a revitalização do pavimento com lama asfáltica, processo de baixo custo indicado para vias residenciais de baixo volume de tráfego. Tal técnica apresenta a vantagem de rápida execução e baixo investimento, sendo adequada para manutenção superficial de pavimentos pouco desgastados. Contudo, não se mostra aplicável à Rua XV de Outubro, principal via do bairro, em razão do tráfego intenso e do elevado nível de deterioração do asfalto, pois não corrige deformações profundas nem oferece durabilidade compatível com vias de maior fluxo.

Outra alternativa considerada é o micro revestimento asfáltico à frio, que consiste na aplicação de mistura de agregado mineral e emulsão asfáltica modificada por polímeros, formando uma camada fina de revestimento. Esta técnica apresenta custo médio, boa aderência, fácil aplicação e promove recuperação superficial do pavimento, sendo adequada para vias com volume de tráfego moderado e desgaste moderado do revestimento. No entanto, no presente caso, o elevado grau de degradação do pavimento existente inviabiliza

sua utilização, uma vez que o micro revestimento não oferece resistência estrutural suficiente para suportar a intensidade de tráfego da via.

Diante disso, a alternativa tecnicamente mais adequada é a requalificação do pavimento asfáltico com Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), que consiste na remoção parcial da camada asfáltica existente por fresagem, seguida da aplicação de nova camada de revestimento. Essa solução proporciona restauração estrutural completa do pavimento, aumentando sua durabilidade, garantindo maior segurança viária e reduzindo a necessidade de manutenção em curto prazo. Embora o custo seja mais elevado e a execução demande planejamento logístico adequado, os benefícios em termos de durabilidade, funcionalidade e segurança tornam-na a opção mais vantajosa para atender ao interesse público.

Portanto, considerando as alternativas disponíveis no mercado, as condições atuais do pavimento e o volume de tráfego da Rua XV de Outubro, conclui-se que a requalificação do pavimento com CAUQ representa a solução técnica e econômica mais adequada para atender à necessidade da Administração, garantindo a restauração da via e a continuidade da mobilidade urbana com segurança e eficiência.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, nas Planilhas Orçamentárias Sintética e Analítica; geradas através da utilização de referências de preços e custos do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil).

Estima-se o valor de R\$ 3.059.094,09 (três milhões, cinquenta e nove mil, noventa e quatro reais e nove centavos).

Tal custo estimado possui disponibilidade orçamentária dentro do orçamento da Secretaria de Infraestrutura Urbana.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Após análise pelos responsáveis técnicos das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor opção técnica que atende ao interesse público envolvido a contratação de empresa de engenharia para a requalificação asfáltica da Rua XV de Outubro com CAUQ.

As atividades previstas, para execução do objeto de requalificação asfáltica da Rua XV de Outubro, consiste na fresagem total do revestimento asfáltico existente, execução de pintura de ligação com emulsão RR 1C e recomposição com novo asfalto, tipo Concreto Asfáltico Usinado à Quente (CAUQ) na faixa "C" conforme projeto executivo.

As especificações técnicas e controle de qualidade dos serviços serão descritas no Memorial Descritivo de Obras e o prazo estimado para a execução dos serviços é de 4 (quatro) meses.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

O processo de contratação deverá se realizar por uma única licitação com todo o objeto adjudicado a um único licitante.

A execução dos serviços que compõem a obra (fresagem, execução de pintura de ligação e execução de concreto asfáltico usinado à quente - faixa "C") devem ser executados de forma contínua e concomitantes pela mesma empresa contratada, pois são atividades correlatas e interdependentes.

Trata-se de obra em apenas uma rua.

Portanto neste processo não é viável, nem tecnicamente e economicamente o parcelamento da solução.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

O resultado pretendido com a presente contratação é a Requalificação Asfáltica da Rua XV de Outubro propiciando segurança e conforto aos usuários.

As patologias e desgastes existentes no revestimento asfáltico da via em questão geram a insegurança de se trafegar, podendo acarretar em acidentes de trânsito com danos pessoais e/ou materiais. Deste modo a requalificação da rua vai dar maior segurança ao tráfego de veículos, renovar a vida útil do revestimento asfáltico e com isto diminuir os gastos com manutenção, compensando, com certeza, o investimento à ser realizado neste processo.

Em termos de economicidade pretendemos contratar a proposta mais vantajosa ou seja, proposta que atenda aos critérios administrativos, técnicos e legais, e que seja a de menor valor.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Quanto a equipe técnica de fiscalização, a Secretaria de Infraestrutura Urbana possui engenheiros com experiência técnica e conhecimento acerca do serviço para atuar na fiscalização do contrato pertinente.

Portanto, não se vislumbra nenhuma providência a ser adotada pela Administração previamente à celebração do contrato.

Salientamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa não irá nomear membros da elaboração da fase preparatória como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Trata-se esse processo de obra de engenharia específica no Município de Joinville e, portanto, não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não se vislumbra impacto ambiental significativo para a contratação que é obra de pequeno vulto e de características normais e, portanto, o critério de sustentabilidade não é pertinente.

Inclusive tal tipo de intervenção, obra de requalificação do revestimento asfáltico com CAUQ, é atividade não constante da Listagem de Atividades Sujeitas ao Licenciamento Ambiental, aprovada pela Resolução CONSEMA nº 250/2024; portanto não sujeito ao licenciamento ambiental.

Um dos resíduos produzidos seria o material resultante da fresagem do revestimento asfáltico existente; material este a ser reutilizado em serviços de manutenção viária de vias não pavimentadas. Ou seja, não haverá resíduo pois o mesmo será totalmente reaproveitado. Tal material será transportado e depositado pela contratada no Depósito da Unidade Regional de Obras Pirabeiraba , localizada à Rua Rudolfo Schramm, métrica 570, lado direito, Bairro Zona Industrial Norte. Coordenadas : 26°13'47.4"S 48°53'48.7"W .

Outra situação possível de geração de resíduos seria, por exemplo, caso ocorra alguma sobra dos materiais à serem fornecidos e utilizados na obra. Neste caso, a contratada será responsável pelo reaproveitamento e/ou destinação adequada destes resíduos.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

IDENTIFICAÇÃO	CONSEQUENCIA	ANALISE		AVALIAÇÃO		TRATAMENTO	CONDUTA
		PROBABILIDADE	IMPACTO	PONTUAÇÃO	RISCO		

Impugnação do edital	Necessidade de nova licitação	Raro	Baixo	2	Baixo	Revisar as cláusulas do edital	Mitigar
Licitação deserta	Necessidade de nova licitação	Raro	Médio	3	Médio	Revisar os projetos, memorial, orçamentos e demais elementos técnicos, bem como exigências do edital.	Aceitar
Licitação fracassada	Necessidade de nova licitação	Pouco Provável	Médio	6	Médio	Revisar as exigências do edital.	Aceitar
Execução das atividades em desacordo com as especificações	Atraso na execução	Pouco Provável	Baixo	4	Médio	Não medir serviço desconforme e penalizar na reincidência.	Mitigar/Transferir
Descumprimento do prazo de execução	Atraso na execução	Pouco Provável	Muito Baixo	2	Baixo	Verificar motivos, ajustar cronograma no caso de situação justificada e penalizar na reincidência, no caso de não haver justificativa plausível para o descumprimento.	Mitigar
Contratado não executa os serviços	Inexecução do contrato	Raro	Alto	4	Médio	Aplicar as sanções previstas no contrato e nas legislações pertinentes.	Transferir

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a			

contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		Risco raro, contratações anteriores similares foram todas exitosas
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe de Planejamento entende que a solução apresentada para a Requalificação asfáltica da Rua XV de Outubro é viável, cumprindo com o objetivo de trazer maior desenvolvimento para a cidade, beneficiando o sistema viário da região e contribuindo com a melhoria da qualidade de vida dos moradores e usuários da malha viária local.

Ainda, a solução técnica apresentada mostra-se adequada para a contratação, uma vez que são processos convencionais já utilizados na cidade de Joinville e que dispõe de mão de obra local especializada e materiais disponíveis no mercado.

É obra corriqueira tecnicamente e de pequeno vulto financeiro, dispensando assim a elaboração da Matriz de Alocação de Riscos, conforme Art.45 da Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, considerando que não será necessário interromper totalmente o trânsito em vias de alto tráfego.

Os serviços previstos na contratação são comumente praticados pelo mercado na área de engenharia viária.

A contratação trata-se de obra comum de engenharia para fins de definição disposta no Art. 55, inciso II da Lei 14.133/2021.

O risco de dano ao erário público, referente a contratação, não existe diretamente uma vez que as autorizações de pagamentos sempre são posteriores ao recebimento adequado da execução dos serviços que compõe a obra.

Já o risco de sucesso da licitação e da execução é o normal de qualquer contratação pública considerando os aspectos de disputa junto ao processo licitatório que pode chegar as vias judiciais, bem como com relação a execução que depende das condições econômicas e financeiras da empresa contratada no momento da prestação do serviço.

Ademais, em processos similares anteriores, foram todos exitosos não havendo nenhum risco específico a ser mitigado.



Documento assinado eletronicamente por **Vera Marcia Haufe Gubert, Servidor(a) Público(a)**, em 01/06/2026, às 14:46, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiano Lopes de Souza, Diretor (a) Executivo (a)**, em 01/06/2026, às 15:07, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Caroline Schneider, Coordenador(a)**, em 01/06/2026, às 15:56, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Shana Roesler Paiva, Diretor (a) Executivo (a)**, em 01/06/2026, às 17:03, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Correia de Sa, Secretário (a)**, em 01/06/2026, às 17:03, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **29642990** e o código CRC **929EF78B**.

Rua Saguacu, 265 - Bairro Saguacu - CEP 89221-010 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.220797-0

29642990v3